



100% DIGITAL 100% PESSOAL

Travelex Banco de Câmbio S.A.
 11.703.662/0001-44
 Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105, Berrini One, 5º andar - São Paulo/SP

0800 014 1010
infocomercial@travelexbank.com.br
travelexbank.com.br
travelexbank

Relatório da Administração

Senhores acionistas: A Diretoria do Travelex Banco de Câmbio S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, bem como as Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. O cenário brasileiro durante este semestre/exercício movimentou-se na busca pela recuperação econômica e pela retomada das atividades, impactadas pela Covid-19 desde março 2020. O mercado apresentou alta volatilidade ainda não encontrando seu ponto de equilíbrio para uma retomada efetiva e constante. O Banco Travelex é uma organização autofinanciada, independente da estrutura global, sua atuação tem sido pautada pela diligência e pela cautela num mercado volátil, competitivo e em transformação, sempre em consonância com as diretrizes da matriz. Graças a execução rigorosa do plano estratégico e a dedicação das equipes do Banco Travelex, conseguimos conquistar avanços significativos em nosso segmento, sempre acompanhando os movimentos de mercado e as inovações. • Incrementamos a base de clientes ativos com mais de 4.000 novos clientes. • Estabelecemos o Banco no grupo das 20 principais instituições financeiras no mercado de câmbio. • * Nossos ativos cresceram 23% em relação ao ano anterior. • As receitas da intermediação financeira cresceram em 24%. • O resultado líquido aumentou mais de 50%, em relação ao mesmo período do ano anterior. • Mantivemos o retorno de capital em 2 dígitos, ficando em 34%, e Basileia em 14,61%. • * A posição de caixa e equivalentes de caixa cresceu em R\$ 117,78 mil, pela emissão oficial do mercado primário do Banco Central do Brasil. • Nossos ativos do provisoramento de dividendos no Banco. O Compromisso Financeiro Travelex cuja principal característica tem sido a aquisição em Câmbio e Comércio Exterior, segue firmemente comprometido com seus clientes e com o desenvolvimento de seus negócios, ampliando a cada dia sua posição junto ao mercado financeiro brasileiro e propiciando aos seus acionistas os resultados esperados. São Paulo, 25 de março de 2022. A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 de 2020 (Em milhares de reais)					Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 de dezembro de 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)					Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020	2º semestre	31.12.	31.12.	2º semestre 2021	31.12.2021	31.12.2020
Circulante		788.168	571.193	Circulante		723.332	515.433							
Disponibilidades	4	424.375	306.587	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		433.331	322.152							
Instrumentos Financeiros	5	337.422	249.747	Depósitos à Vista	9	57.720	18.475							
Carteira própria	5.a	48.879	38.969	Depósitos em moeda estrangeira	9	109.273	110.931							
Vinculados a prestação de garantia	5.a	24.091	2.116	Instrumentos financeiros derivativos passivo	5.b	510	552							
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	202	49	Carteira de câmbio	5.c	265.378	193.194							
Carteira de câmbio	5.c	264.250	209.213	Relações interdependências		191.467	146.088							
Outros ativos		26.371	14.859	Outras obrigações		191.467	146.088							
Negociação de intermediação de valores		-	199	Outras obrigações		22.622	15.314							
Impostos a compensar		16.178	4.574	Fiscais e previdenciárias		4.554	2.234							
Despesas antecipadas		1.218	336	Sociais e estatutárias	12.d	5.112	4.789							
Diversos	6	8.975	9.750	Diversos	10	12.956	8.291							
Não Circulante		42.482	27.790	Provisões		75.912	30.877							
Ativo fiscal diferido	16.b	23.763	13.939	Provisões a pagar	11	33.305	12.431							
Aplicações financeiras		581	549	Provisões fiscais e previdenciárias		20.018	5.227							
Diversas	6	927	674	Provisões de folha de pagamento		13.285	6.452							
Imobilizado de uso	7	10.820	8.200	Provisões de passivos contingentes		8.664	6.767							
Intangível	8	25.852	19.100	Patrimônio líquido	12	107.328	83.552							
Depreciações e Amortizações		(19.451)	(14.672)	Capital social		66.744	41.244							
(-) Depreciações	7	(14.059)	(3.790)	De domiciliados no país		66.744	41.244							
(-) Amortizações	8	(5.392)	(10.882)	Reserva legal		4.256	2.839							
Total do Ativo		830.650	598.983	Reservas de lucros		36.328	39.469							
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		830.650	598.983							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)							
Eventos	Nota	Capitalizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		17.917	2.075	45.908	45.908	(200)	65.700
Aumento de Capital	12.a	23.327	-	(15.963)	-	-	7.364
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	15.277	15.277	15.277
Reserva de lucros	12.c	-	-	14.133	(14.133)	-	-
Reserva legal	12.b	-	764	-	(764)	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	(4.789)	-	-	(4.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		41.244	2.839	39.469	39.469	(200)	83.552
Mutações de exercício		23.327	-	(6.439)	-	-	16.888
Saldos em 31 de dezembro de 2021		41.244	2.839	39.469	39.469	(200)	83.552
Aumento de capital	12.a	-	25.500	(25.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.338	28.338	28.338
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(4.240)	(4.240)	(4.240)
Reserva de lucros	12.c	-	-	26.922	(26.922)	-	-
Reserva legal	12.b	-	1.417	-	(1.417)	-	-
Distribuição de dividendos	12.d	-	-	(5.112)	-	-	(5.112)
Reversão de Distribuição de dividendos		-	-	4.789	-	-	4.789
Saldos em 31 de dezembro de 2021		41.244	25.500	4.256	36.328	(200)	107.328
Mutações de exercício		-	25.500	1.417	(3.141)	-	23.775
Saldos em 30 de junho de 2021		41.244	10.500	3.477	45.878	(100)	101.099
Aumento de capital	12.a	-	15.000	-	-	-	15.000
Lucro líquido do Semestre		-	-	-	15.581	15.581	15.581
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(4.240)	(4.240)	(4.240)
Reserva de lucros	12.c	-	-	14.802	(14.802)	-	-
Reserva legal	12.b	-	779	-	(779)	-	-
Distribuição de dividendos	12.d	-	-	(5.112)	-	-	(5.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		41.244	25.500	4.256	36.328	(200)	107.328
Mutações do semestre		-	15.000	779	(9.550)	-	6.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)				
1. Contexto operacional: O Travelex Banco de Câmbio S.A. (Banco), foi constituído em 5 de novembro de 2009 e o Banco Central do Brasil (Bacen) concedeu autorização para seu funcionamento em 26 de janeiro de 2010, como banco de câmbio, a qual foi publicada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 2010. Em janeiro de 2019 mudou sua marca e razão social passando de Banco Confidencioso de Câmbio para Travelex Banco de Câmbio S.A. O Banco tem como objeto social a compra e venda de moeda estrangeira; transferência de recursos para o exterior; outras operações, inclusive de prestação de serviços, previstas na regulamentação do mercado de câmbio; atuar no mercado financeiro, no país, inclusive em bolsas de mercadorias e de futuros, bem como em mercados de balcão para realização de operações, por conta própria, referenciadas em moedas estrangeiras ou vinculadas a operações de câmbio; efetuar depósitos interdependências, observada a regulamentação aplicável; e realizar outras atividades que viem a ser autorizadas pela Comissão de Câmbio do Bacen. Em 2012, o Banco Central do Brasil autorizou a compra de 49% do Grupo Confidencioso pela Travelex Limited, de Londres, sendo que essa transação foi efetuada em 11 de abril de 2013. A diretoria do Banco aprovou o ingresso da Travelex Limited no grupo de controladores do Grupo Confidencioso em 14 de março de 2013. A Travelex Limited adquiriu os 51% restantes do Grupo Confidencioso em 7 de janeiro de 2015. No dia 16 de março de 2020, a Finabril PFC (controladora da Travelex Limited) anunciou restrição em sua liquidez, causando um impacto material em suas operações e resultando, ainda, na incapacidade de fornecer serviços de processamento de pagamentos, entretanto este evento não impactou as operações do Conglomerado Financeiro Travelex no Brasil. Nesse mesmo dia, a negociação das ações da Finabril PFC foram suspensas na London Stock Exchange e a partir de então a negociação de ações da Finabril PFC no mercado Travelex. Em 06 de agosto de 2020, houve a reestruturação dos controladores, sendo a New Travelex os novos controladores do Grupo Travelex. Em setembro de 2020, foi enviado ao Banco Central do Brasil o pedido de mudança de controlador do grupo, atualmente este processo aguarda aprovação. No segundo semestre de 2020, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 7.364. No primeiro semestre de 2021, houve um aumento de capital no valor de R\$ 25.500, em decorrência da incorporação da Reserva de Lucro. No segundo semestre de 2021, houve um aumento de capital no valor de R\$ 15.000 através de incorporação da Reserva de Lucro.				
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: O Banco Central regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradativamente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), através da resolução BCB nº 2/20. As informações desta demonstração financeira já estão ajustadas com base na Resolução BCB nº 2/20, a qual define que os saldos do balanço patrimonial devem ser apresentados por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, que o balanço patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e que as demonstrações comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior, o ativo e o passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo, além da inclusão da demonstração do resultado abrangente. Evidenciamos a segregação dos resultados recorrentes e não recorrentes na nota explicativa nº 3 "n". A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional do Banco e também a moeda de apresentação.				
3. Descrição das principais práticas contábeis: Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: a) Apuração dos resultados: As receitas e despesas são registradas com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moedas estrangeiras, as quais são calculadas com base no método linear. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por disponibilidades em moedas estrangeiras, numeradas diretamente junto a empresa especializada, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. d) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em cada data de balanço ao resultado do período. (ii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii). e) Valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável: é calculado com base em resultados de mercado. Assim, quando a liquidez dos instrumentos financeiros e os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujo preço base é um fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13. f) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujo ajuste são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado e operações de Termo de Moedas - NDF (Non-Delivery Forward), as operações em NDF são marcadas a mercado mensalmente em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. O valor nominal dos contratos são contabilizados em contas de compensação. f) Operações de câmbio: Os ativos e passivos monetários denotados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio (Pix) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do semestre e do exercício. g) Ativo Imobilizado e Intangível: Ativos Imobilizados: Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados no custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: • Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%; • Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 20%; e • Sistemas de processamento de dados, beneficiários - 20%. Ativos Intangíveis: Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data de aquisição. O reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Softwares - 20%; • Outros intangíveis - 20%. h) Ativos e passivos contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: (i) Ativos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho financeiro. (ii) Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas passíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; (iii) Obrigações legais - são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constituição legal, que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. ii) Redução no valor recuperável de ativos (Impairment): O objeto de contestação de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças em circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do Banco Central do Brasil. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja avaliação é avaliada semestralmente. Não foram identificadas perdas por impairment em 31 de dezembro de 2021 e 2020. iii) Provisão para imposto de renda/contribuição social: A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para instituições financeiras foi de 15%, nos termos da Lei 13.183/2015. A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001, em seu artigo 1º inciso I majorando a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 25% para o Banco e de 15% para 20% para as demais instituições financeiras para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022. A majoração afeta a Contribuição Social Corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. k) Eventos subsequentes: Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. l) Depósitos e relações interdependências: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideramos os totais das obrigações exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia em função das operações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. m) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado com base na média diária de ações em circulação no semestre/exercício. n) Resultado não recorrente: A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, prevê que deve ser divulgado de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota Explicativa nº 21.b.				

4. Caixa e equivalentes de caixa					31.12.2021					31.12.2020				
Disponibilidades					31.12.2021					31.12.2020				
Disponibilidades (1)		269.340	119.687											
Depósitos livres (2)		75	61											
Total		269.340	119.748											
Disponibilidades em custódia de terceiros (3)		15.463	9.668											
Total		284.878	129.416											
Aplicações interfinanceiras de liquidez(4)		139.497	118.887											
Aplicações em moedas estrangeiras(5)		-	58.284											
Total Caixa e equivalentes de caixa		424.375	306.587											
(1) Disponibilidades registradas no valor de R\$ 268.558 em moeda estrangeira (R\$ 119.687 em moeda estrangeira em 2020) e R\$ 782 em moeda nacional (R\$ 0 em 2021).														
(2) Reservas bancárias registradas diretamente no Banco Central do Brasil.														
(3) Predominantemente custodiadas pela Brinks Segurança e Transporte de Valores S.A.														
(4) Aplicações interfinanceiras são predominantemente títulos públicos federais.														
(5) Refere-se a valores depositados para o Bank of New York.														

5. Instrumentos financeiros derivativos					31.12.2021					31.12.2020				
a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários					31.12.2021					31.12.2020				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Vencimento	Quantidade	de custo	Valor Mercado										
Carteira própria	01/09/2023	4.354	48.968	48.879										
Vinculados à prestação de garantia														

